

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.160.852 - SP (2017/0216084-6)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : AMAURI VENTURA
ADVOGADO : PATRÍCIA LOPES FERIANI DA SILVA E OUTRO(S) - SP122476
AGRAVADO : UBRASP-UNIAO BRASILEIRA DOS SERVIDORES PUBLICOS
AGRAVADO : RSPP PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A.
ADVOGADO : ANDRÉ RODRIGUES CHAVES E OUTRO(S) - RS055925

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO NA ÉGIDE DO CPC/73. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73 NÃO CONFIGURADA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. ACÓRDÃO ESTADUAL QUE HOMOLOGOU OS CÁLCULOS E DEU POR EXTINTA A EXECUÇÃO POR SATISFAÇÃO INTEGRAL DO DÉBITO COM APOIO NO LAUDO PERICIAL. PRETENSÃO RECURSAL DE VIOLAÇÃO AOS PRECEITOS ARROLADOS NO APELO NOBRE QUE ENCONTRA ÓBICE NAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E NESSA EXTENSÃO NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

AMAUURI VENTURA (AMAUURI) ajuizou ação de indenização contra UNIÃO BRASILEIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS (UBRASP) tendo por objeto contrato de seguro de vida firmado entre seu falecido pai e a demandada.

Determinada a inclusão no polo passivo da RSPP- PREVIDÊNCIA PRIVADA, foi proferida sentença de improcedência do pedido.

AMAUURI interpôs recurso de apelação ao qual foi dado provimento.

Os autos retornaram à primeira instância e AMAURI iniciou o cumprimento de sentença com apresentação do cálculo exequendo.

A UBRASP e RSSP PREVIDÊNCIA PRIVADA apresentaram impugnação aos cálculos, dizendo esta última que efetivou o depósito do valor que entendeu devido e alegando excesso de execução.

Determinada a realização do laudo pericial, foi prolatada sentença homologando o cálculo apresentado pela devedora RSPP PREVIDÊNCIA PRIVADA e julgando extinta a execução por integral satisfação do débito, pois levantado por AMAURI o valor depositado.

AMAUURI interpôs recurso de apelação apreciado conforme acórdão

assim ementado:

Execução de sentença - Valores encontrados pelo exequente em desacordo com aqueles constatados pela perícia que foi levada a efeito de acordo com anterior julgado desta C. Câmara (fls. 267/269) - Acolhimento do laudo pericial - Execução julgada extinta pela integral satisfação do crédito - Recurso improvido (e-STJ, fl. 645).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 669/672).

AMAUURI interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da CF, onde alegou violação dos arts. 535 do CPC/73; 389, 395, 404, 418, 422, 427, 772 e 884 do CC/02 e 1º da Lei 6899/1981, além de dissídio jurisprudencial, pelos seguintes fundamentos (1) negativa de prestação jurisdicional; (2) não poderia ter sido homologado cálculo onde consta pagamento de pensão sem atualização monetária; (3) o valor da pensão deve observar os índices previstos nos termos do contrato; (4) violação ao princípio da boa-fé contratual; (5) não realizado o pagamento da pensão na época devida, devem responder aos prejuízos que a mora der causa; (6) as perdas e danos decorrentes do inadimplemento devem ser corrigidos monetariamente; (7) a mora no pagamento do sinistro obriga a sua atualização monetária.

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ, fls. 716/731).

O Tribunal local inadmitiu o apelo nobre por (1) não ter se verificado os vícios apontados no acórdão estadual; (2) não ficou evidenciada a infringência dos preceitos arrolados; (3) incidir a Súmula nº 7 do STJ; (4) o dissídio jurisprudencial não foi demonstrado.

AMAUURI ingressou com agravo em recurso especial sustentando (1) ter sido demonstrada a violação dos artigos de lei apontados; (2) não incidir a Súmula nº 7 do STJ; (3) o dissídio jurisprudencial ficou configurado.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, 741/754).

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os

termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9.3.2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

(1) Da violação ao art. 535 do CPC/73

No ponto, observa-se que a insurgência é sustentada no argumento de que o Tribunal recorrido não se manifestou acerca dos arts. 389, 395, 404, 418, 422, 427, 772 e 884 do CC/02 e 1º da Lei 6899/198, na medida em que o Regulamento dos Planos de Benefícios assinado pelas partes, em seu artigo 21, fls. 50, estabelece que os valores das contribuições e seus respectivos benefícios, serão reajustados com base nas alterações dos níveis salariais dos servidores públicos ou nas revisões do salário mínimo decretados.

No entanto, embora não tenha se manifestado à luz dos vários preceitos legais citados pelo recorrente, o Tribunal local consignou que

Busca o autor em execução, à fls.339/357, o recebimento de um total de R\$ 654.500,67, pretendendo a intimação do devedor para o pagamento de acordo com o artigo 475 — J. do CPC, pedido esse deferido à fls.358.

Entretanto, realizada a prova pericial o Ilustre Perito, ao contrário do valor apresentado pelo lexequente encontrou um total de R\$ 395.574,49, concluindo que tal valor está de acordo com o julgado de fls.267/269, cujo voto condutor é da lavra do E. Desembargador Edson Ferreira da Silva.

Por tais razões, a Juíza de primeiro grau chancelou o laudo pericial porque em consonância com a determinação judicial que julgou procedente o pedido do autor.

Desta forma, como o Juiz não tem conhecimento técnico para decidir sobre os valores, deve acolher o laudo pericial e, estando este de acordo com o V. Acórdão de fls.266/269, nada há a ser acrescentado ou censurado, merecendo a sentença persistir tal como lançada.

Por derradeiro, considera-se prequestionada toda matéria infraconstitucional e constitucional, observando-se que é pacífico no Superior Tribunal de Justiça que, tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida (e-STJ, fls. 645/646).

Como se pode ver, a matéria foi examinada e decidida pelo acórdão

impugnado que apresentou os fundamentos nos quais sustentou suas conclusões, não estando o julgador a responder a verdadeiros questionários jurídicos adrede apresentados pelas partes e que apenas demonstram o seu inconformismo com o desfecho que lhe foi desfavorável.

Das alegações de que (2) não poderia ter sido homologado cálculo onde consta pagamento de pensão sem atualização monetária; (3) o valor da pensão deve observar os índices previstos nos termos do contrato; (4) violação ao princípio da boa-fé contratual; (5) não realizado o pagamento da pensão na época devida, devem responder aos prejuízos que a mora der causa; (6) as perdas e danos decorrentes do inadimplemento devem ser corrigidos monetariamente; (7) a mora no pagamento do sinistro obriga a sua atualização monetária.

No particular, verifica-se que a Corte local expressamente consignou que:

Entretanto, realizada a prova pericial o Ilustre Perito, ao contrário do valor apresentado pelo exequente encontrou um total de R\$ 395.574,49, concluindo que tal valor está de acordo com o julgado de fls.267/269, cujo voto condutor é da lavra do E. Desembargador Edson Ferreira da Silva.

Por tais razões, a Juíza de primeiro grau chancelou o laudo pericial porque em consonância com a determinação judicial que julgou procedente o pedido do autor (e-STJ, fl. 646).

Nesse passo, rever as conclusões do julgado recorrido à luz da fundamentação deduzida no apelo nobre encontra óbice nas Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER PARCIALMENTE** do recurso especial e nessa extensão **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § º do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

